

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.476 - SP (2019/0285675-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : **CELSO MANOEL FACHADA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **NARA CRISTINA PINHEIRO FACHADA SZAFIR - POR SI E REPRESENTANDO**  
**AGRAVANTE** : **JULIANA PINHEIRO FACHADA**  
**AGRAVANTE** : **ALESSANDRA PINHEIRO FACHADA BONILHA**  
**ADVOGADOS** : **SIDNEY PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - SP182679**  
**MARCOS HOKUMURA REIS - SP192158**  
**GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI - SP276388**  
**AGRAVADO** : **MOACIR PINTO**  
**ADVOGADOS** : **ADENAUER JOSÉ MAZARIN DELECRODIO - SP099422**  
**ANTONIO MANOEL RODRIGUES DE ALMEIDA - SP174967**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de CELSO MANOEL FACHADA - ESPÓLIO contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação de execução Oferecimento à penhora de imóvel alienado em 60% a terceiro - Recusa pelo exequente que pretende a penhora de crédito pelo sistema Bacenjud Manutenção da decisão hostilizada Imóvel oferecido à penhora que não está livre de ônus e já teve a averbação de uma fraude à execução, indicando que a transferência se deu ilicitamente A declaração de ineficácia de alienação somente produz efeito em relação ao processo em que reconhecida a fraude, não implicando em nulidade ou anulabilidade da alienação do bem - Apenas 40% do imóvel em questão permanecem integrando o patrimônio do agravante, de sorte que a recusa do exequente em aceitá-lo como penhora se mostra legítima - Possibilidade de substituição da penhora de bem imóvel por dinheiro, em atenção à lista de preferências prevista pelo art. 835, I e V, do CPC/2015 Recusa justificável do credor Julgado o presente agravo, resulta prejudicada a análise do agravo interno - RECURSO DESPROVIDO." (e-STJ fl. 773)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 807/812)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 805, caput e § 1º; e, 857, caput, ambos do CPC, sustentando, em síntese, que : 1) o valor da

penhora determinada nos autos supera dezenas de vezes o valor executado nos autos originários; 2) o acórdão não declinou a razão pela qual o bem indicado à penhora não seria apto à garantir a execução, pois não se sustenta a alegação de que o bem oferecido à penhora não está livre de ônus e 3) ao contrário do que constou no acórdão recorrido, houve oposição de embargos à execução pelos ora recorrentes, o que impede a sub-rogação do ora Recorrido no crédito do espólio.

Afirma, ainda, que não há como refutar que houve o adequado prequestionamento da matéria invocada no presente reclamo especial, contudo, caso se entenda não ter havido prequestionamento dos referidos artigos de lei federal, houve infringência ao art. 1.022, II, do CPC, por não ter sido sanada omissão acerca de relevantíssimas arguições para fins de prequestionamento.

É o relatório. Decido.

De início, em relação à alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC, verifica-se que o recorrente fez apenas alegação genérica de sua vulneração, apresentando uma fundamentação deficiente que impede a exata compreensão da controvérsia. O recorrente limita-se a afirmar que, caso se entenda não ter havido prequestionamento dos referidos artigos de lei federal, houve infringência ao art. 1.022, II, do CPC, por não ter sido sanada omissão acerca de relevantíssimas arguições para fins de prequestionamento.

Não esclarece, contudo, sobre quais matérias a Corte de origem teria sido omissa. Incide, na hipótese, a Súmula 284/STF.

No mérito, o recorrente alega ofensa ao art. 805 e 857 do CPC, porque o valor da penhora determinada nos autos supera dezenas de vezes o valor executado nos autos originários e porque houve oposição de embargos à execução pelos ora recorrentes, o que impede a sub-rogação do ora Recorrido no crédito do espólio.

Ocorre que tais alegações - excesso de penhora e oposição de embargos à execução - não foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*. Tampouco foram opostos embargos declaratórios em relação a tais temas para sanar eventual omissão, o que desde logo afasta também eventual alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC quanto ao ponto.

Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. RECURSO PROVIDO.*

*1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.*

*2. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.*

*(AgInt no AREsp 1503715/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019)*

*AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. ERRO SUBSTANCIAL NA QUITAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.013, §1º, DO CPC/15. INVOCAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.*

*NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Para que se configure o prequestionamento da matéria há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal (Súm. 282 e 356 do STF).*

*2. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1272634/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 15/10/2019)*

Frise-se que como não foram opostos embargos de declaração para sanar omissões relativas aos temas acima, não há que se falar em contradição em afastar a violação

do art. 1.022 do CPC e, ao mesmo tempo, não conhecer do mérito por falta de prequestionamento. Nessa toada, veja-se o seguinte julgado:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AO ART. 493 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa aos arts. 11, 489 e 1.022 do CPC/2015. Precedentes.*

*2. Fica inviabilizado o conhecimento de tema suscitado no recurso especial, mas não debatido e decidido pelas instâncias ordinárias. Ausente o indispensável prequestionamento, atraindo a incidência da Súmula 282/STF.*

*3. No caso, inexistente contradição em reconhecer a ausência de prequestionamento do art. 493 do CPC/2015 e, ao mesmo tempo, rejeitar a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porque tal norma não foi suscitada nos embargos de declaração opostos perante o eg. Tribunal a quo; logo, esses aclaratórios não pretendiam prequestioná-la.*

*4. Além disso, a alegação genérica de violação a dispositivo de lei, no âmbito especial, configura deficiência de fundamentação recursal.*

*Incidência da Súmula 284 do STF.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1395979/SP, de Minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)*

Quanto à alegação de que o acórdão não declinou a razão pela qual o bem indicado à penhora não seria apto à garantir a execução, pois não se sustenta a alegação de que o bem oferecido à penhora não está livre de ônus, constou no acórdão:

***"Conforme pontuado pelo douto Juízo de piso, o imóvel descrito na matrícula n. 77801 (fls. 557/ 582 doa autos de origem) não está livre de ônus, haja vista que registrada, em 11.06.2015, sob "AV. 6" , a penhora realizada nos autos da execução n. 0243895-14.2006.8.26.0100, movida por Solange Barbosa Boeta contra o de cujus Celso Manoel Fachada.***

(...)

*Não bastasse, em 16.06.2015, sob a “ R.10” , foi registrada a alienação de 60% do imóvel por Celso Manoel Fachada a Marlene Fachada Rey:*

(...)

*Aos 21.03.2017, sob “ AV. 11” , foi declarada a ineficácia da referida alienação em razão da constatação de fraude à execução n. 0243895-14.2006.8.26.0100:*

(...)

*Pois bem; diferentemente do quanto alegado pelo espólio agravante, a declaração de ineficácia de alienação somente produz efeito em relação ao processo em que reconhecida a fraude, isto é, nos autos da execução n. 0243895-14.2006.8.26.0100, não repercutindo em outras execuções em que o de cujus figure como devedor.*

(...0

*Observa-se, portanto, que apenas 40% do imóvel em questão permanece integrando o patrimônio do agravante, de sorte que a recusa do exequente em acolher tal percentual a título de penhora se mostra legítima.*

*Convém outrossim ressaltar **não haver informação nos autos de que tenha sido realizada avaliação do imóvel em questão, o que impossibilita estimar se 40% do seu valor seriam suficientes para quitar o débito exequendo.***” (e-STJ fl. 776/782)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório. Sobre o tema:

*PROCESSUAL CIVIL. CIVIL AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE BEM IMÓVEL. SUBSTITUIÇÃO. BEM SITUADO EM COMARCA DISTANTE DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E GRAVADO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RECUSA DO CREDOR. ACÓRDÃO QUE ATESTOU JUSTA A RECUSA DO CREDOR COM BASE EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. DECISÃO MANTIDA.*

*1. A corte local indeferiu o pedido de substituição de penhora efetuado pelos executados por ter sido ela recusada pelo credor, bem como pelo fato de o imóvel estar situado em comarca distante da capital e gravado com cláusula de alienação fiduciária, entendendo que tais situações dificultariam ou causariam atraso*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*na entrega da prestação jurisdicional.*

*2. A revisão das circunstâncias fáticas que levaram as instâncias de cognição plena a não admitir a substituição da garantia é medida que encontra intransponível óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. Inaplicabilidade do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, ao caso concreto, ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

*4. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 816.718/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator